INTERESSADO: Faculdade de Ciências de Bauru
ASSUNTO : Reconhecimento do Curso de Artes Industriais
RELATOR : Conselheira Amélia Americano Domingues de Castro
PARECER Nº 1531/75, CTG; Aprov. em 28/5/75

I - RELATÓRIO

1. Histórico: O presente processo, referente ao reconhecimento do curso de Artes Industriais da Faculdade de Ciências da Fundação Educacional de Bauru, após tramitação neste Conselho estadual de Educação, com parecer favorável ao solicitado, e homologação da Secretaria da Educação do Estado, seguiu aos Órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura.

O Departamento de Assuntos Universitários do MEC procedeu à sua devolução a este CEE, após Parecer da Assessoria Técnica daquele Departamento, para que se proceda à retificação da denominação do curso proposto, que deverá ser intitulado Curso de Artes Práticas, com habilitação em Artes Industriais.

2. Fundamentação:

2.1. O Conselho Estadual de Educação de São Paulo autorizou o funcionamento do Curso de Artes Industriais da FC de Bauru, como licenciatura de 1º grau, pelo Parecer CEE nº 482/75 (aprovado em 14/03/73 - ACTA, nº 40, pg. 33/34). Parecer anterior (CEE nº 260/73, aprovado em 09/02/73 - ACTA nº 39, pg. 38/42) autorizara sua instalação, "na forma prevista pelo Parecer nº 74/70, da CESu do CFE".

Em declaração de voto (acolhida pelo relator e aprovada pelo Conselho Pleno como emenda substitutiva da conclusão do Parecer), o Cons. Alpínolo Lopes Casali, com a profundidade de análise que lhe é peculiar, procedeu ao exame acurado do Parecer CEE nº 74/70, a partir de suas origens e à luz da experiência paulista do CTPGP. Concluiu que o curso pleiteado pela Fundação Educacional de Bauru, tinha, "no Parecer CFE nº 74/70, o seu suporte legal". Naquela ocasião, disse ainda o Ilustre Conselheiro: "Mais cedo ou mais tarde o Conselho Federal de Educação há de rever o Parecer nº 74/70. Os currículos a que se refere precisam ser atualizados sob a influência da Lei nº 5692 de 1971" (... ACTA nº 39).

Entretanto, esse currículo continua em vigor, e também a própria estrutura do curso, que, como se verá a seguir, passou a constituir exceção dentro do novo modelo de cursos de licenciatura, adotado pelo Conselho Federal de Educação. Essa peculiaridade explicará, talvez, a dúvida agora levantada sobre a denominação do curso, que com esse título foi autorizado preliminarmente por este Conselho, por deliberação homo-

logada pela Secretaria da Educação do Estado (Resolução SE nº 11/04/73, DOE de 12/04/73) e finalmente pelo Decreto Federal nº 72.394 de 25/06/1973, (DAU, de 26/06/1973).

2.2. O Parecer CFE nº 74/70 aprovou plano elaborado pela Diretoria do Ensino Secundário do MEC, (na forma dos Decretos-Leis nº 665/69 e 749/69), visando a formação, em nível superior, de professores de Artes Práticas para exercício em escolas de 1º grau, conforme o art. 30 da Lei nº 5540/68. O Plano não menciona habilitação, mas quatro cursos: Técnicas Comerciais, Artes Industriais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar.

O modelo de curso com "duas ordens de habilitações", a habilitação geral que denomina o curso (proporcionada por licenciatura de 1º grau) e habilitações específicas "como partes daquele campo, cujo estudo se aprofunda", foi definido posteriormente. Encontremos sua explicitação nas Indicações CFE nº 22/73 e 23/73. Embora já tivesse sido aplicado anteriormente (Parecer CFE nº 252/69, por exemplo).

Entendeu, assim, este Conselho, que cursos nos moldes do Parecer CFE nº 74/70, não proporcionariam habilitações (geral ou específica), pois não continham disciplinas comuns, posteriormente diferenciadas. No caso em tela, a Instituição pleiteava a instalação de um entre os cursos referidos, o de Artes Industriais. Assim o entenderam também os órgãos competentes estaduais e os federais que procederam à final autorização do curso.

Outro, entretanto, é o entendimento do Departamento de Assuntos Universitários do MEC. Para atendê-lo, deverá a Faculdade proceder à mudança de denominação nos artigos regimentais que se referem ao assunto.

II - CONCLUSÃO

Embora haja entendido este Conselho, que o curso proposto pela Faculdade de Ciências da Fundação Educacional de Bauru, tenha denominação adequada às disposições do Parecer CFE nº 74/70, e assim tinha sido autorizado por Decreto Federal, outro é o entendimento da Digna Assessoria do Departamento de Assuntos Universitários do MEC.

Em conseqüência, a Faculdade interessada deverá proceder à mudança da denominação do curso, que passará a ser intitulado Curso de Artes Práticas, com habilitação em Artes Industriais, em todos os artigos regimentais que ao mesmo se referem.

Após essas providências, o processo deverá ser novamente encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura para fins de reconhecimento do curso.

São Paulo, 19 de maio de 1975

a)Consª. Amélia A. Domingues de Castro - Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu Parecer o Voto da nobre Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Amélia Americana Domingues de Castro, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Wladimir Pereira, Paulo Gomes Romeo e Frederico Pimentel Gomes.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975

a)Cons. Luiz Ferreira Martins - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 28 de maio de 1975

a)Cons. Hilário Torloni - Vice-Presidente
no exercício da Presidência.